

Etnografia dos processos de territorialização dos Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal.¹

Anna Kurowicka, UFPE

Palavras-chave: territorialização, Bolsonaro, Pataxó

Esta apresentação tem como objetivo discutir a atualidade da territorialidade Pataxó na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, no contexto das mudanças no discurso e na práxis indigenista do Estado a partir do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Especificamente, ela tem como ponto de partida a pesquisa sobre os processos de territorialização (Almeida, 2008; Heasbert, 2004), realizada entre o povo Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal nos últimos anos. A exposição vai focar em dois casos: o processo denominado pelos Pataxó como "autodemarkação" do seu território, iniciado em 2022, e a situação da gradual perda de território pelos Pataxó na beira-mar, no contexto dos arrendamentos. Considerando o território e a luta territorial como valores intrínsecos à etnicidade Pataxó, cabe questionar a importância das tendências políticas dos últimos anos para os processos de territorialização. A partir da eleição de Jair Bolsonaro como presidente, os discursos relativizando os direitos constitucionais dos indígenas aos seus territórios tornaram-se frequentes. Simultaneamente, o Estado relaxou suas práticas institucionais de proteção e fiscalização dentro das terras indígenas, fazendo 'vista grossa' à crescente penetração do capital dentro desses territórios. Essa realidade política impulsionou distintos desdobramentos na forma como os Pataxó têm construído sua relação com o território nos últimos anos, gerando novas posturas, debates e estratégias de luta.

Os Pataxó e o território

Os atuais processos de territorialização entre os Pataxó constituem várias frentes que podem ser interpretadas como respostas às recentes políticas indigenistas do Estado. Nessas frentes, observam-se dinâmicas visões sobre continuidades e mudanças na construção da identidade étnica e política do grupo, cristalizadas na forma de projeto do território. Notam-se tanto os esforços para manter o caráter comunitário e exclusivo da posse da terra pelos indígenas, quanto os desejos de individualizar e mercantilizar as relações com o território. A grande polarização da sociedade brasileira que se intensificou a partir do governo Bolsonaro é visível

¹Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

também entre os Pataxó, refletindo-se diretamente na questão territorial. O Estado contribuiu para perpetuar as tendências de abertura das terras indígenas para terceiros e para interesses econômicos, criando um clima de instabilidade jurídica quanto aos direitos territoriais indígenas garantidos pela Constituição. Parte dos Pataxó apoiou a instalação de empreendimentos de terceiros e empreendimentos mistos com não-indígenas dentro da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Enquanto isso, outra parte luta para recuperar as áreas das mãos dos fazendeiros, realizando retomadas territoriais dentro dos limites da não concluída demarcação da TI Barra Velha do Monte Pascoal. Esses dois processos, que aparentemente parecem apenas antagônicos, encontram alguns pontos comuns, delineando a especificidade da luta Pataxó pela terra no atual momento político.

Pode-se observar que os processos de territorialização, presentes no decorrer da "autodemarcação" nas retomadas territoriais, tendem a mobilizar o potencial político da etnicidade Pataxó, com o objetivo de reconstruir e recuperar seu território ancestral. O "território" é aqui entendido como um valor ético, cuja defesa e continuidade devem guiar os Pataxó, exigindo luta e sacrifício. Os ideais que orientam essa reivindicação conectam a espiritualidade com a memória, impulsionando a ação. Esse é precisamente o ponto crítico da etnicidade como força, onde o "território" é sua expressão por excelência. Nesse contexto, emerge a figura do guerreiro/guerreira Pataxó, cúmplice com seu povo e com seu passado. A "autodemarcação" é o ponto de encontro entre essa mobilização identitária, arraigada na história do povo Pataxó, e a atualidade da luta pelos direitos territoriais. De forma similar a outros grupos indígenas, os Pataxó emprestam do Estado seu vocabulário administrativo - a 'demarcação' - e constroem a partir dele um movimento de resistência. Com isso, o próprio Estado desempenha uma certa função criadora para o movimento de luta, estabelecendo marcos físicos e conceituais do território indígena que os Pataxó estão a retomar (Bourdieu, 1997). Claramente, a territorialidade Pataxó não se limita apenas à unidade administrativa da terra indígena em questão, indo muito além e construindo conexões com a ancestralidade do pertencimento ao território (Gallois, 2014).

Se os valores éticos ligados ao território são compartilhados por todos os Pataxó, a sua interpretação sofreu mudanças com a entrada e popularização do discurso promovido pelo ex-presidente Bolsonaro. A defesa do direito exclusivo ao usufruto do território pelos indígenas começou a ser questionada à luz da necessidade de modernização e inclusão econômica dos Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal. Seguir fielmente as tradições, no que se refere aos modos de vida e subsistência, passou a ser criticado como algo do passado, que os Pataxó não estavam obrigados a continuar. Em vez disso, de acordo com a conjuntura política do momento,

propunha-se atualizá-las e revisá-las de modo que não perpetuassem o 'atraso' que, segundo o discurso hegemônico, caracterizava o povo Pataxó. Claramente, essa tendência afetou significativamente as relações com o território, que passou a ser conceituado como um possível bem mercantil, cujo loteamento e repasse para os não-indígenas já não seriam mais vistos como algo contraditório à identidade étnica. O assentamento dessas novas formas de enxergar o território coincidiu com dois outros fatores: a pandemia de COVID-19 e a gradual paralisação da FUNAI. Nesse contexto, surgiu, por um lado, uma grande demanda dos não-indígenas por lotes na praia, devido às restrições da época da pandemia, e, por outro, a falta de fiscalização por parte da FUNAI, que estava sucateada e, durante a pandemia, desativada.

Barra Velha e Monte Pascoal

O nome 'Barra Velha' refere-se a três situações distintas no contexto do território Pataxó: (1) a aldeia Barra Velha, também chamada de 'aldeia mãe', que é a vila e a comunidade que continua o primeiro aldeamento dos Pataxó, fundado em 1861; (2) a TI Barra Velha, uma área de aproximadamente 8 mil hectares, demarcada e homologada em 1991 pelo Estado brasileiro; e (3) a TI Barra Velha do Monte Pascoal, com mais de 52 mil hectares, resultante da ampliação da TI Barra Velha após a revisão dos limites concluída em 2008. A TI Barra Velha foi demarcada para os Pataxó no contexto do conflito com o Parque Nacional do Monte Pascoal, criado sobre o território indígena. A instalação da unidade de conservação começou em 1943 e foi concluída quase duas décadas depois, em 1961. A história do estabelecimento e funcionamento do Parque é repleta de ações violentas contra o povo Pataxó, coincidentes com o evento mais cruel guardado na memória coletiva: o "Fogo 51". Nomeado assim pelo ano do acontecimento, 1951, o massacre orquestrado pelo Estado brasileiro tinha como objetivo a desocupação da região do futuro Parque, habitada pelos indígenas. Esse evento causou uma grande dispersão dos Pataxó, que, fugindo da barbárie, alcançaram inclusive outros estados do país, negando, em sua maioria, a própria identidade indígena por medo de perseguições. Os Pataxó começaram a retornar para a região próxima à aldeia Barra Velha apenas na década de 1960, quando o Parque já havia sido instituído em suas terras. Proibidos de tirar sustento da mata, plantar, criar animais e castigados severamente por tentativas de burlar essas regras, os Pataxó lembram as décadas posteriores à fundação do Parque como um período de muita necessidade, fome e perseguição.

A instalação do Parque Nacional do Monte Pascoal é fundamental para a compreensão da constituição da identidade étnica Pataxó, especialmente no contexto de sua luta territorial. Confinados a um espaço reduzido nas proximidades da aldeia Barra Velha, os Pataxó persistiram

em seus esforços para reconquistar seu território, ainda marcados pelo massacre de 1951. Após décadas de humilhações, somente em 1991, o Estado brasileiro, em um acordo entre a FUNAI e o IBDF, designou aos indígenas uma gleba de aproximadamente 8 mil hectares, totalmente sobreposta ao Parque. Esta área foi demarcada e homologada, abrangendo parte do litoral, crucial para os Pataxó tanto sob a perspectiva de sua cosmovisão quanto de sua sobrevivência. No entanto, a maior parte da Mata Atlântica subjacente ao Monte Pascoal, essencial para garantir a continuidade cultural e física desse povo, foi excluída. As rígidas regras do Parque não permitiam aos indígenas manter suas atividades tradicionais, como caça, plantio ou extrativismo nas matas. Com o aumento da densidade populacional dos Pataxó, a falta de espaço disponível para moradia tornou-se um problema crescente. Nesse contexto, a partir da segunda década dos anos 1990, os Pataxó começaram a realizar retomadas territoriais e a buscar a revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha.

Entre as primeiras e mais significativas retomadas está a ocorrida em 1999: a retomada do Parque Nacional do Monte Pascoal. Na ocasião, os Pataxó conseguiram expulsar os funcionários do IBAMA e tomar controle de toda a área. Contudo, com base em negociações, promessas de projetos para as comunidades indígenas e investimentos, os Pataxó fizeram pouco tempo depois um acordo para uma gestão compartilhada com o órgão ambiental. Essa gestão, porém, nunca foi efetivamente consolidada, e os Pataxó voltaram a ser subjugados dentro do próprio território, agora sob a administração do ICMBio e com a unidade renomeada como Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal². Mais uma vez impedidos de realizar suas atividades tradicionais no território, restritos pelas leis ambientais, os Pataxó começaram a se dedicar à produção de artesanato com madeira de lei. Ainda hoje, são punidos por 'desmatamento' e obrigados a permanecer em espaços muito reduzidos, impedidos por isso também de desenvolver a agricultura. Em 2006, a FUNAI formou um Grupo de Trabalho (GT) para atender finalmente ao pedido dos Pataxó de revisão dos limites da TI Barra Velha. Em 2008, foram publicados no Diário Oficial da União os novos limites da Terra Indígena, agora denominada Barra Velha do Monte Pascoal. No entanto, a demarcação avançou a passos extremamente lentos e, até hoje, não foi concluída.

No período posterior a 2008, ocorreram duas ondas significativas de retomadas, em resposta à omissão do Estado em seu dever administrativo de demarcar a terra indígena. A primeira ocorreu em 2014, em um momento teoricamente mais favorável politicamente para os Pataxó e para os indígenas em geral. Essa fase culminou em uma série de reintegrações de posse, algumas

² A mudança de nome do Parque Nacional do Monte Pascoal para Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, oficializada pelo Decreto nº 4.513 de 2002, reconhece a importância histórica e cultural do local, especialmente para os povos indígenas, como os Pataxó.

delas violentas, obrigando os indígenas a desocupar as áreas. A segunda onda começou em junho de 2022, último ano do mandato do presidente Bolsonaro, e continua até hoje, com ocupação de cerca de 80% da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Diferente das levadas anteriores de retomadas, a mobilização atual enfrenta novos desafios. Os proprietários das fazendas, em sua maioria apoiadores de Bolsonaro, aproveitaram o clima permissivo e de incentivo ao armamento pessoal para instalar seguranças armados nas fazendas, muitas vezes formando alianças com as polícias locais e configurando milícias rurais. Por outro lado, o narcotráfico também se estabeleceu na terra indígena, dominando tanto as áreas demarcadas como aquelas em processo de demarcação. A FUNAI, extremamente enfraquecida, ficou ausente, não respondendo às retomadas nem fiscalizando as vendas de terras na faixa litorânea. Além disso, uma parte significativa dos parentes Pataxó se aliou ao lado de Bolsonaro, provocando uma grande ruptura na luta coletiva pelo território.

Na beira mar

Caraíva é uma pequena vila situada a 6 quilômetros da aldeia Barra Velha, e até ser ‘descoberta’ pelas elites do sudeste como destino turístico, era uma comunidade de pescadores. Apesar dos laços estreitos com os Pataxó entre os moradores da vila, as demarcações de 1991 e 2008 deixaram Caraíva fora da terra indígena. A existência de Caraíva como uma área independente do território foi benéfica para os Pataxó, devido à oportunidade de gerar renda através do turismo. Os Pataxó encontraram emprego em restaurantes, pousadas, comércios e serviços, ou vendiam artesanato na praia. Com o aumento da popularidade de Caraíva, os Pataxó estabeleceram uma aldeia ao lado da vila, chamada Xandó. Xandó foi formada em áreas extensas de mussununga³ e terras arenosas de pouca fertilidade, onde anteriormente ninguém queria residir devido às características adversas. Agora, com o crescimento do turismo, tornou-se possível gerar renda na região, que ao longo do tempo foi complementada pelo serviço de hospedagem aos turistas. O desenvolvimento do turismo na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, a partir da aldeia Xandó, foi desde o início caótico. Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira, em sua tese de doutorado em Geografia do ano 2020, relata as tentativas das lideranças de organizar esse novo fluxo de visitantes (Oliveira de, 2020). Nesse contexto, os indígenas buscaram apoio das instituições próprias e do Estado para controlar a chegada e a permanência de pessoas estranhas em Xandó. No entanto, sem conseguir alcançar esse objetivo, o empreendedorismo Pataxó na área de turismo continuou em um ritmo desordenado (Idem.).

³ Mussununga é um tipo de ecossistema caracterizado por solos arenosos e pobres em nutrientes, encontrado principalmente em áreas de restinga no sul da Bahia. Esse ecossistema abriga uma vegetação adaptada às condições áridas, desempenhando um papel crucial na conservação da biodiversidade local.

Mesmo com certa permissividade por parte da FUNAI e das lideranças indígenas para a permanência de turistas dentro da Terra Indígena, até o ano de 2017 era difícil imaginar um não-indígena morando em Xandó. A situação começou a mudar a partir desse período, alcançando seu ápice durante a pandemia da Covid-19. O clima apocalíptico que permeou aquela época evocava a iminência de um novo mundo, onde as áreas afastadas das cidades pareciam ser o melhor lugar para se estar. Nesse contexto, surgiu o conceito de trabalho remoto ("home-office"), inicialmente como uma medida temporária para manter as empresas e instituições funcionando, e possibilitando o deslocamento das pessoas. As cidades tornaram-se vazias, hostis e frias, sem que barreiras sanitárias efetivas fossem colocadas para impedir a saída das pessoas. Diante desse cenário, a ideia de mudar para um lugar distante, mais rural, como uma praia, tornou-se o desejo coletivo de boa parte da classe média dos grandes centros urbanos brasileiros. Foram essas pessoas, principalmente vindas do Sudeste, que começaram a construir a nova Xandó. Inicialmente alugando, e depois adquirindo lotes através de arrendamentos e vendas a preços baratos, os não-indígenas, em sua maioria brancos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, gradualmente se tornaram os principais residentes da aldeia.

A demanda por terrenos em Xandó estava em crescimento constante e parecia interminável. As construções surgiam da noite para o dia, de forma desordenada e sem consulta às lideranças indígenas do território. À luz do dia, e com a negligência do Estado, a terra indígena dos Pataxó, conquistada com tanto sacrifício e luta, foi transformada em mais uma localidade turística. Os Pataxó que negociaram suas terras conseguiram bens materiais antes inalcançáveis, como camionetes com tração 4 rodas, lanchas rápidas, celulares e diversos aparelhos, além de dinheiro para construir mais casas para aluguel. Alguns empreenderam com estabelecimentos como comércios ou restaurantes, mas a maioria continuou empregada, agora dentro do próprio território, nos negócios das pessoas de fora. A demanda pela mão de obra aumentou tanto que trouxe também um contingente importante da população vinda da empobrecida cidade vizinha de Guaratinga. As pessoas de Guaratinga começaram a competir pelas vagas de emprego com os Pataxó, gerando certos antagonismos entre ambos nesse contexto. Chegaram a estabelecer suas casas de veraneio na aldeia também personalidades importantes, como políticos da região, juízes e procuradores. Mas quem chegou na esteira desse fluxo de pessoas foi o tráfico de drogas organizado, que nessa época se instalou de forma permanente na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal.

Se o mercado consumidor para o tráfico já estava consolidado com o cenário geral de Caraíva e Xandó desde a época da pandemia, surgiu agora uma nova oportunidade de lucro para os

criminosos: a negociação dos terrenos. Esse foi o verdadeiro início da contenda para os Pataxó contrários às vendas dos lotes de seu território. Os caciques da aldeia Barra Velha, profundamente engajados na oposição aos loteamentos, passaram a enfrentar ameaças e ataques, escapando por pouco de tiros em mais de uma ocasião. Também foram impedidos de circular livremente em Xandó, necessitando de segurança mesmo dentro de suas próprias casas e quintais. Enquanto isso, empresários e traficantes conseguiram colocar em Xandó um cacique favorável aos seus interesses, que os representava perante a FUNAI, o Estado e outras lideranças da terra indígena. Esse cacique, alinhado ao discurso do governo do ex-presidente Bolsonaro, foi rejeitado pela maioria das lideranças do território. No entanto, ele conseguiu estabelecer alianças com os novos habitantes de Xandó e com o prefeito do município de Porto Seguro, Jânio Natal, um fiel seguidor de Bolsonaro.

O prefeito mostrou-se bastante interessado em exercer sua influência na Xandó, percebendo uma oportunidade política na desorganização da crescente aglomeração da aldeia, que carecia de infraestrutura adequada. Nesse sentido, ainda durante o governo Bolsonaro, Jânio Natal propôs um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre as lideranças indígenas e a prefeitura. A maioria das lideranças do território, porém, rejeitou a ideia, enxergando nela uma tentativa de fragmentar o território. Em vez disso, o Conselho de Caciques da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal e seus aliados começaram a responsabilizar o Estado pela situação na Xandó. Houve um grande número de denúncias sobre as ilegalidades, articuladas pelo movimento indígena e indigenista, e até pela empresa responsável pelo abastecimento de energia para as aldeias. Contudo, todas as denúncias foram arquivadas sem nenhum resultado. Em 2022, o Ministério Público Federal foi solicitado a emitir um parecer sobre a questão das vendas de terra e a presença de não-indígenas na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. O parecer apenas evidenciou a divisão entre os indígenas, sem condenar diretamente as atividades relacionadas à comercialização dos lotes, e obrigou a FUNAI a elaborar relatórios trimestrais sobre a situação. A FUNAI realizou alguns levantamentos, mas não demonstrou real interesse em resolver a problemática da aldeia, fortemente dominada por não-indígenas.

Igualmente marcante à crescente separação física da Xandó do restante do território devido à ocupação não-indígena foi a divisão dentro das famílias Pataxó diante dessa situação. A memória e a consciência da luta e do sacrifício envolvidos na conquista da Terra Indígena Barra Velha são compartilhadas por todos os membros da comunidade, assim como as cotidianas dificuldades econômicas, de acesso aos serviços de saúde e educação, e de obtenção de renda. No entanto, o debate sobre a Xandó adentra as esferas íntimas das relações entre os Pataxó e seu

território, entrelaçadas com a constituição do grupo étnico. Para os Pataxó, o território é visto como um espaço de liberdade e autonomia frente a uma sociedade excludente e opressora, garantindo a continuidade cultural e simbolizando dignidade, confiança, segurança e memória. Trocar terras por bens materiais requer a discussão desses valores, debates que são difíceis e dolorosos, pois tocam pontos sensíveis da história do povo. As divergências surgidas entre os Pataxó em relação à aldeia Xandó, em meio ao contexto bolsonarista e à negligência estatal, causaram desunião. Essa ruptura entre os membros refletiu na construção atual da territorialidade, afetando um dos pilares mais fundamentais da etnicidade Pataxó: a união na luta pelo território.

As retomadas

Ao mesmo tempo que a aldeia Xandó integrava-se de vez à realidade da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, na outra parte do território os Pataxó voltaram com as retomadas territoriais. As aldeias próximas ao Monte Pascoal, como Cassiana, Pé do Monte e Aldeia Nova, foram as principais nessa empreitada. Era o ano de 2022, marcado como o "ano eleitoral" devido às novas eleições em outubro, com a possibilidade de mudança de governo. Nessa época, a região era tensa para os indígenas, com fazendeiros encorajados pela conjuntura política do governo Bolsonaro pressionando cada vez mais os indígenas que viviam nas proximidades. Segundo relatos, os Pataxó eram frequentemente impedidos de circular pelas principais estradas que atravessam as fazendas sobrepostas ao seu território, sempre sob a vigilância de seguranças armados dos produtores rurais. A pandemia deixou seu rastro com a ausência da FUNAI e o empobrecimento dos indígenas, impossibilitando a realização normal de suas atividades econômicas. O tráfico de drogas avançava por todo o território, causando cada vez mais vítimas entre os jovens que se aventuravam pelo caminho da criminalidade. O processo demarcatório da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal estava paralisado devido à discussão no STF sobre a tese do "marco temporal". Foi nesse contexto que os Pataxó decidiram mais uma vez empreender suas estratégias de luta, partindo para a retomada de seu território com seus cocares, arcos, flechas e cantos.

No percurso, os Pataxó enfrentaram extrema violência perpetrada por pistoleiros contratados pelos fazendeiros, em colaboração com as forças policiais. Um exemplo disso foi observado na aldeia Cassiana, onde a retomada da Jaqueira, do outro lado do rio que banha a aldeia, foi recebida com uma intensa troca de tiros, seguida pela destruição deliberada dos edifícios ali presentes pelos agropecuaristas para eliminar evidências de suas ações. Na mesma ocasião, indivíduos a mando dos fazendeiros incendiaram um ônibus para incriminar os

indígenas. Duas escolas indígenas próximas, situadas dentro da área homologada — Boca da Mata e Cassiana — foram alvejadas, resultando na fuga de crianças e professores em estado de pânico. As estradas de acesso às aldeias foram bloqueadas, impedindo o suprimento de alimentos e medicamentos. Um grande contingente de agropecuaristas circulou pela região em camionetes, difundindo vídeos com ameaças contra os "falsos índios invasores". Este discurso, questionando a identidade étnica dos ocupantes das terras, reverberou pela mídia local, amplamente comprometida com os interesses agropecuários, minando a legitimidade da luta Pataxó. A polícia não interveio para mediar o conflito, aparecendo apenas para apoiar os proprietários das fazendas, chegando até a invadir a aldeia Cassiana. Esse clima de hostilidade repetiu-se em outras retomadas, no entanto, o processo de "autodemarkação" da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal continuou avançando, recuperando uma fazenda após outra.

A "autodemarkação", com sua significativa repercussão para a territorialidade dos Pataxó, emergiu como um dos principais temas da política interna do território. Nesse sentido, foi aprovado pelo Conselho de Caciques em 19 de agosto de 2023, data que marca os 24 anos da retomada do Parque Nacional e Histórico Monte Pascoal, o "Regimento Interno de Gestão e Ocupação Territorial – Termo de Compromisso e Responsabilidade". Este documento, elaborado pelas lideranças pataxó, exemplifica como as ações do Estado e a jurisprudência desempenham um papel organizador nos processos territoriais atuais, liderados pelos Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. O regimento inicia com extensas citações de leis e artigos da Constituição Federal, do Estatuto do Índio, do Convênio OIT 169, além do "Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação" (RCID) da FUNAI, referente à terra indígena em questão. Essas citações visam não apenas reafirmar a legalidade das ocupações realizadas pelos Pataxó, mas também destacar a importância da conformidade com as normas estatais para a gestão territorial indígena. O "Regimento Interno" dedica a maior parte de seu conteúdo à organização das "Áreas de Autodemarkação", oferecendo uma análise detalhada das questões enfrentadas pelos Pataxó nesse contexto. Ele regulamenta aspectos como a distribuição das terras, seu uso e manejo, destino dos bens materiais encontrados nas fazendas ocupadas, as atividades permitidas e proibidas, a preservação das áreas florestais. Além disso, aborda inclusive questões sensíveis como a regulamentação da comercialização de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

O Regimento oferece um panorama abrangente das questões cruciais no território e pode ser interpretado nesse contexto. Além de abordar a proibição da venda dos lotes – fazendo uma clara alusão à problemática observada em Xandó –, o documento veda também a legitimidade de estabelecer acordos com fazendeiros para arrendamento de áreas de pastagem ou para a coleta e

escoamento da produção agrícola. Outro aspecto relevante diz respeito ao uso comunitário da terra nas áreas retomadas, impedindo que lideranças individuais se apossassem de terras para benefício pessoal. Similarmente, enfatiza a importância do cuidado com a agricultura, uma responsabilidade compartilhada por todas as famílias para benefício coletivo. A questão da não apropriação individual da terra durante as retomadas e a não transferência do direito indígena sobre a terra para terceiros emerge como uma preocupação central no contexto da "autodemarkação" não só dentro do Regimento Interno. Este tema tem sido amplamente discutido entre os indígenas como uma realidade emergente na luta territorial dos Pataxó hoje em dia. Enquanto as retomadas anteriores fortaleciam sempre a ação coletiva, a onda atual de ocupações está visivelmente dando origem a uma nova categoria de "proprietários" Pataxó. Só uma parte das iniciativas continua a recriar formas de uso coletivo do território, refletindo às práticas históricas entre os Pataxó.

Perante da ausência do Estado e das outras formas possíveis para a recuperação das áreas da "autodemarkação", no clima de total insegurança, marcada por ameaça constante dos ataques armados dos fazendeiros, as retomadas não desenvolvem também as formas da vida comunitária idealizada pelos lideranças no Regimento. Mas bem o que se tem no plano de "autodemarkação" é uma economia clandestina de escoamento da produção, que pode dar o sustento para os Pataxó aí presentes para continuar resistindo nas áreas. Nesse sentido, os Pataxó se vêm de certa forma obrigados a aprender dominar as técnicas de monoculturas do café, pimenta, uso de agrotóxicos, criação de gado. Para assegurar a sua presença nas áreas até a firmação do processo da recuperação do território e da possível, em algum momento, homologação da terra indígena. Essas atividades não são familiares aos Pataxó, que continuam tentando caçar nas matas das fazendas ocupadas ou pescar, cuidar das culturas encontradas, plantar, mas geralmente com dificuldade dando conta de manter as produções agro de grande escala. Claramente, a falta do maquinário e da verba para tal finalidade é evidentemente um dos motivos aqui, tanto como a carência da documentação e do conhecimento necessário para comercializar efetivamente os produtos. Sem embargo, pensando no caso dos grandes parceiros dos Pataxó de Barra Velha – os Pataxó Hã-Hã-Hãe - que passaram por um processo parecido é bem provável que o que estamos observando é a consolidação de um novo perfil dos Pataxó, como proprietários e produtores rurais.

A onda de retomadas iniciada em 2022 conseguiu recuperar a maior parte da Terra Indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal, estendendo-se até a aldeia Barra Velha. Tradicionalmente, Barra Velha é conhecida por seu conservadorismo em relação às ações de retomada, em parte devido à memória do massacre do "Fogo 51", que dizimou o povo durante sua resistência à

criação do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal. No entanto, a aldeia também desfruta de certa comodidade, situando-se dentro da área homologada e beneficiando-se do turismo em Caraíva e Xandó. Apesar disso, os atuais caciques da 'aldeia mãe' decidiram apoiar as retomadas nas regiões próximas ao Monte Pascoal, integrando-se ao processo de "autodemarkação". Embora enfrentassem oposição de uma parte significativa da própria aldeia, essas lideranças de Barra Velha foram responsáveis por expandir o movimento de retomada para as áreas adjacentes, aproximando-se da Xandó, onde as vendas de lotes há muito tempo incomodavam os caciques. Esse alinhamento estratégico com a "autodemarkação" revelou-se crucial na tentativa de retomada da Xandó, dada a divisão entre os Pataxó sobre o assunto.

Em julho de 2023, os Pataxó da aldeia Barra Velha ocuparam três fazendas sobrepostas à Terra Indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal, que proporcionam o único acesso terrestre à aldeia Xandó. Esta estrada também conecta outras aldeias, e o fluxo para os indígenas não foi interrompido. No entanto, qualquer pessoa não-indígena tinha permissão exclusivamente para sair da terra indígena, sem poder retornar pelo mesmo caminho. Dessa forma, os Pataxó interromperam também o fornecimento de alimentos e outros bens para a população não-indígena da Xandó. Esses indivíduos podiam continuar se deslocando via Caraíva, realizando primeiro a travessia pelo rio. Esse era o caminho de acesso a Caraíva antes da abertura de Xandó para pessoas de fora, onde normalmente era necessário chegar pela estrada que não passa pela terra indígena. Os Pataxó resistiram por três dias nas barricadas, sendo desarticulados pela chegada do tráfico, fortemente armado. O Estado não interviu e os Pataxó foram obrigados a reabrir a estrada, deixando a Xandó funcionar da mesma forma como antes. Mesmo assim, a tática empregada pelos indígenas nesse contexto reflete de forma inconfundível as específicas do atual contexto da luta territorial. Essa é uma luta com a presença dos atores novos, como são o crime organizado e as milícias armadas, em total ausência do Estado e com só um parcial apoio de parte dos parentes. Mas que continua sendo uma luta que volta a mobilizar e a recriar a etnicidade pataxó, a partir dos seus laços com o território.

Conclusões

Os processos de territorialização entre os Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal refletem as complexidades e desafios impostos pelas políticas indigenistas recentes do Estado. A luta pela terra continua a ser um ponto central na construção da identidade étnica Pataxó, evidenciando as tensões entre tradições e modernidade, comunitarismo e mercantilização. A "autodemarkação" emergiu como uma estratégia de resistência e reafirmação dessa etnicidade,

enquanto a ocupação de terras na beira-mar pelos não indígenas e a divisão interna que isso tinha causado, ilustram as profundas transformações em curso no território Pataxó. A flexibilização das políticas de proteção territorial indígena sob o governo de Jair Bolsonaro agravou a vulnerabilidade dos Pataxó, facilitando a invasão de suas terras por terceiros. As divisões internas entre os parentes, com alguns membros da comunidade apoiando políticas que promovem a mercantilização das terras indígenas, refletem as pressões externas e internas para a modernização e integração ao mercado. A presença de milícias armadas e do narcotráfico no território Pataxó é um sinal alarmante da deterioração da segurança nas terras indígenas, agravada pela falta de uma resposta eficaz do Estado.

Nesta situação, a etnicidade Pataxó está sendo novamente desafiada em sua capacidade de adaptação ao presente cenário político, marcado por divisões e releituras identitárias. O território continua a ser o eixo principal na reprodução da memória coletiva, transformando-se, no contexto atual, em um campo de disputa tanto externo quanto interno. A penetração do discurso bolsonarista é evidente entre os Pataxó, especialmente no contexto da aldeia Xandó. Observa-se, contudo, que as mesmas tendências de individualização e mercantilização do direito territorial manifestam-se no contexto da "autodemarkação". Diante desse cenário, cabe questionar em que medida essas características podem estar deslegitimando a luta coletiva e, por outro lado, em que medida podem servir como argumento a favor da continuidade da situação na Xandó. Nesse sentido, uma questão pertinente é até que ponto as reconfigurações identitárias, intrinsecamente ligadas aos processos territoriais vivenciados pelos Pataxó na atualidade, são profundas e decisivas. Estamos diante de uma nova forma de como os Pataxó constroem sua relação com o território, ou apenas observamos um efeito momentâneo das conjunturas políticas? Qual transformador e irreversível é o poder das mudanças nas políticas indigenistas, implementadas a partir do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, para os processos de territorialização vividos pelos Pataxó da TI Barra Velha do Monte Pascoal?

Os Pataxó da TI Barra Velha do Monte Pascoal enfrentam a mesma situação que outros povos indígenas no Brasil: uma situação que poderia ser caracterizada como um permanente 'estado de exceção', conforme definido por Giorgio Agamben (Agamben, 2005). Eles são frequentemente marginalizados e excluídos da proteção jurídica regular, resultando em uma vulnerabilidade extrema à violência e à expropriação de suas terras. A suspensão de seus direitos básicos, muitas vezes sob a justificativa de desenvolvimento econômico, expõe esses povos à "vida nua", onde sua existência é desprotegida e desvalorizada. A demarcação de terras indígenas tem sido constantemente adiada ou revertida, exacerbando a insegurança territorial. Além disso,

líderes indígenas enfrentam ameaças e assassinatos, frequentemente sem que os responsáveis sejam devidamente punidos. A política de Estado muitas vezes legitima práticas que desrespeitam os direitos humanos dos indígenas, criando uma zona de anomia. Esse ‘estado de exceção’ perpetua um ciclo de violência, discriminação e desamparo legal. Mesmo diante dessas adversidades, os povos indígenas continuam a resistir e mobilizar-se politicamente para defender seus direitos e territórios. Como disse Tonkonoff, "Apesar de serem relegados à condição de homo sacer, os povos indígenas também exemplificam uma resistência significativa, desafiando sua exclusão e afirmando seus direitos e dignidade através de mobilizações políticas" (Tonkonoff, 2012).

BILBIOGRAFIA:

AGAMBEN, Giorgio. (2005) *State of Exeption*. Ed. University of Chicago Press, Chicago

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2008) *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuaislivres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pastos: Terras tradicionalmente ocupadas*, PGSCA- UFAM, 2ª edição, Manaus

BOURDIEU, Pierre.(1997) *Razones prácticas. Sobre la Teoria de la acción*. Editora Anagrama, Barcelona

GALLOIS, Dominique Tilkin. (2014) *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* Em: Ricardo, Fany. (org.) *Terras indígenas e Unidades de Conservação. O desafio das sobreposições territoriais*. Instituto Socioambiental, São Paulo

HEASBERT, Rogerio. (2004) *O mito da Desterritorialização. Do “fin dos territorios” à multiterritorialidade*, Ed. Bertrand, Ríó de Janeiro

OLIVEIRA, Carlos Alfredo Ferraz de. (2020) *Turismo no Território Pataxó Barra Velha do Monte Pascoal:etnodesenvolvimento, espacialidade e políticas*. UFES, Vitoria

TONKONOFF, Sérgio. (2012) *A Vida Nua dos Povos Indígenas na América Latina*, Ed. Annablume, São Paulo